



CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ

Avenida Papa João XXIII, 239 - CEP 87010-260 - Maringá - PR - <https://www.cmm.pr.gov.br>

ATA

Esta Audiência Pública destinou-se ao cumprimento da obrigatoriedade de Prestação de Contas do Município pela Prefeitura Municipal de Maringá, em atendimento ao artigo 9º, § 4º, e ao artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF). A Audiência foi realizada no âmbito da Câmara Municipal de Maringá (CMM), sob responsabilidade da Comissão de Finanças e Orçamento (CFO), composta pelos vereadores Odair Fogueteiro (Presidente), Uilian da Farmácia (Vice-Presidente), Sidnei Telles (Membro) e Pastor Sandro (Membro). Também participaram a Presidente da Câmara, vereadora Majô Capdeboscq, e os vereadores Ana Lúcia Rodrigues, William Gentil, Ângelo Salgueiro, Flávio Mantovani, Daniel Malvezzi, Professor Pacífico, Giselli Bianchini, Akemi Nishimori, Lemuel do Salvando Vidas, Diogo Altamir, Luiz Neto e Guilherme Machado. Às 15h15min do dia 26 de setembro de 2025, o Presidente da CFO declarou aberta a Audiência, cumprimentando a equipe da Secretaria Municipal de Fazenda (SEFAZ), em nome do Secretário Municipal de Fazenda, senhor Carlos Augusto Ferreira. Estiveram presentes, ainda, o Secretário Municipal de Logística e Compras, Luis Guilherme Turchiari, e o Secretário Municipal de Cultura, Tiago Valenciano. O Presidente informou que a Audiência foi amplamente divulgada à comunidade, permitindo a participação presencial e remota, por meio do canal da Câmara Municipal de Maringá no YouTube, com envio de perguntas sobre o tema. Explicou que os vereadores poderiam formular questionamentos ao final da apresentação. Em seguida, o Diretor de Contabilidade e Finanças da Prefeitura, senhor Adriano Correia da Silva, cumprimentou as autoridades presentes e iniciou a exposição dos dados referentes ao 2º quadrimestre de 2025, por meio de slides. Os documentos utilizados na apresentação constam dos anexos “Anexo Caderno Prestação de Contas 26/09/2025 (0416120)” e “Anexo Slides Prestação de Contas (0417857)”, acessíveis no SEI, processo nº 25.0.000013069-1. Os arquivos também foram disponibilizados no site da Câmara Municipal de Maringá, em Transparência > Atividades Legislativas > Audiências Públicas > “021/2025 - Prestação de Contas do Município - 2º quadrimestre de 2025 - Comissão de Finanças e Orçamento”. A Audiência foi gravada em meio audiovisual, disponível no mesmo endereço eletrônico. Durante a apresentação, o Secretário Municipal de Fazenda destacou, entre outros pontos: a) a possível isenção de imposto de renda para contribuintes com renda de até R\$ 5.000,00, objeto de projeto em tramitação no Congresso Nacional, com impacto estimado na receita municipal e já considerado na LOA 2026; b) o comprometimento dos recursos destinados à folha de pagamento de servidores e prestadores de serviços; c) a melhoria na arrecadação do ITBI, a partir da adoção, em fevereiro, de solução de inteligência artificial para apuração dos valores, com cálculos mais precisos; d) a previsão de redução da receita de IPVA, a partir do exercício seguinte, em aproximadamente R\$ 101 milhões anuais, afetando a capacidade de investimento do Município; e) os desafios para a manutenção dos serviços públicos em 2026 diante da queda de receitas e da necessidade de recomposição da capacidade de investimento. Encerrada a exposição técnica, o Presidente abriu espaço para questionamentos dos vereadores ao Secretário Municipal de Fazenda. A primeira a se manifestar foi a Presidente desta Casa, externando sua satisfação em receber a equipe da SEFAZ na corrente data. Destacou que o equilíbrio financeiro é essencial para a manutenção dos serviços públicos de saúde, educação, programas sociais, atividades esportivas etc. Ela lembrou que há uma previsão de diminuição na arrecadação do IPVA por conta de um desconto aos contribuintes anunciado pelo Governador do Estado. Portanto, Majô Capdeboscq indagou qual seria a previsão de perda deste tributo. Sobre a isenção para uma parte da população do imposto de renda, ela também perguntou se este fato prejudicaria o Município. Acerca das suplementações, a Presidente comentou que a LOA do ano passado tinha algumas deficiências, então perguntou se as despesas foram cobertas ao longo do tempo. Sobre o investimento apresentado, dos 9,34%, questionou qual a porcentagem correspondente à operação de crédito, fonte mil e previsão de investimento para 2026. Na sequência, com a palavra, o vereador Luiz Neto destacou que, nos últimos anos, houve crescimento de despesas contínuas em gestões anteriores, o que prejudicou o investimento. Perguntou como vinham sendo realizados os investimentos, portanto. Além disso, o montante de 719 milhões de reais da dívida também foi questionado por ele. O vereador lembrou

que, no passado, havia superávit orçamentário, e indagou a origem deste. Em resposta aos questionamentos dos dois vereadores acima citados, o Secretário Municipal de Fazenda pontuou que referente as perdas já foram computadas na LOA 2026, ainda esclareceu que eram 101 milhões de reais de IPVA e de 17 a 25 milhões de reais de Imposto de Renda. O Secretário também alertou que, sobre os repasses recebidos pelo Município, descontada a inflação, o crescimento é de zero. Os investimentos realizados neste período, segundo ele, são de cota-parte de contrapartida de convênios (exemplos: Eixo-Monumental, alguns Centros Esportivos). A dívida não cresceu, segundo ele, e vêm sendo usados recursos disponíveis do FINISA (linha de crédito já aprovada pelo legislativo). Sobre o endividamento de 719 milhões de reais, o Secretário destacou que a receita também havia crescido. Assim, este é um endividamento saudável para investir numa matriz econômica necessária para fazer frente à reforma tributária. Caso não seja feito um investimento para inverter o fluxo de consumo, haverá problemas. Os valores, de um ano para outro, dedicados a certas Secretarias diminuem conforme ocorrem a conclusão de investimentos que foram feitos anteriormente. A intenção da atual Administração é manter um orçamento profundamente participativo e totalmente responsável, buscando a eficiência no uso dos recursos financeiros. Com relação ao resultado questionado pelo vereador Luiz Neto, o Secretário informou que se trata de resultado operacional e que foi dobrado o valor em recursos livres desde 2024. Com a palavra, o vereador Professor Pacífico, a respeito do IPVA, comentou que o Estado vem deixando de repassar 101 milhões de reais e perguntou se existe alguma forma de contornar isto. Também destacou que, em sua opinião, 2024 e 2025 tiveram boa arrecadação, ao contrário do esperado para 2026. Pergunto se houve superávit na Administração anterior, e se as receitas caíram e as despesas subiram. Externou sua preocupação quanto ao IPTU, que terá aumento de 25 a 30%. Em resposta aos questionamentos, o Secretário Municipal de Fazenda, em relação ao IPVA, explicou que a perda foi também uma surpresa para a Administração Municipal e informou que esta vem, desde o primeiro momento, acionando a bancada de Deputados do Estado, buscando elementos compensatórios. Entretanto, ainda não há nada concreto. Assim, há esforço político e legislativo para encontrar medidas que atendam o Município. Sobre os anos de 2024 e 2025, não houve queda na arrecadação, mas sim receitas não recorrentes. Em 2024, a folha de pagamento do Município foi vendida para a Caixa Econômica Federal e esta receita entrou no fator comparativo, deixando injusta a comparação. Ele esclareceu também que as receitas municipais estão crescendo, os repasses estaduais estão diminuindo e os federais também. Assim, o superávit vem se mantendo graças às receitas municipais, que vem da eficiência da máquina de cobrança e fim da leniência aos devedores. Com relação ao IPTU, trataremos do tema ao fim dos questionamentos. Com a palavra, a vereadora Professora Ana Lúcia destacou que a Câmara tem a função de fiscalizar a execução do orçamento. Sobre o IR, o Secretário havia destacado que haveria diminuição na arrecadação em 25 milhões. Assim, a preocupação dela é se esse valor seria ainda maior e se esta responsabilidade seria atribuída aos trabalhadores que auferem menos de cinco mil reais mensais. Em relação ao IPVA, haverá perda para todos os municípios, e é o Estado que deve assumir as consequências desta isenção que, em sua opinião, é eleitoreira. Também comentou que vem havendo uma realocação de servidores da Assistência Social da área de Abordagem e consequente perda de benefícios salariais. Segundo ela, o objetivo do Poder Executivo é atender a população a partir da execução do orçamento, que existe para a prestação de serviços que garantem os direitos de toda a população. Em resposta aos questionamentos, o Secretário Municipal de Fazenda, esclareceu que a grande massa salarial da Prefeitura não paga imposto de renda devido à faixa salarial. Por determinação federal, o imposto de renda da folha e de todos os prestadores de serviços que emitem notas de prestação de serviços para com o Município e que são retidos na fonte, permanecem em Maringá até antes da aprovação da lei. Entretanto, isso irá mudar e entendemos que alguma medida compensatória poderá ocorrer. Sobre o IPVA, enquanto tramitava tal mudança, a Prefeitura de Maringá se manifestou pois haveria redução nos valores empregados no Município. Ele informou que os Deputados Estaduais de Maringá estão debruçados sobre o tema para buscar uma compensação financeira. Sobre a realocação de servidores da Assistência Social, ele esclareceu que a SEFAZ não cria diretrizes de realocação, e está trabalhando junto ao Sindicato para criar um modelo mais moderno para discutir na Convenção Coletiva de Trabalho para o próximo ano. O modelo atual é injusto, pois trata os desiguais de forma igual, dando o exemplo do desconto do Ticket Alimentação, dentre outros. Com a palavra, o vereador Flávio Mantovani comentou que vários fatores afetam as contas públicas, como deflação, desoneração do contribuinte etc. Ele destacou, por exemplo, que mais de 50% da população Maringaense auferem até 3960 reais mensais, fato que gerará diminuição na arrecadação do Imposto de Renda. Sobre os empréstimos, com aumento para 719 milhões, o vereador perguntou se empréstimo aprovado nesta Casa para Energia Solar tem contribuição nisto. Em resposta, o Secretário Municipal de Fazenda destacou que Políticas Públicas podem não agradar a todos. Sobre a Energia Fotovoltaica, esse valor tem sido alocado para a zeladoria da SEINFRA, nos reparos de asfalto e melhoria da frota dos caminhões de coleta de lixo. Com relação a uma operação de crédito recente

apresentada a esta Casa, ele informou que, desde o início do ano, vem sendo analisado o custo da dívida da Prefeitura com bancos. Por isso, iniciou-se uma negociação com o Banco do Brasil de 10 a 15 milhões de redução. O mesmo vem sendo feito com o Saldo Maior, para que despesas de juros sejam menores. Assim, esse trabalho vem sendo feito com apoio do tesouro nacional. Ele resumiu que todos os esforços em prol do orçamento vêm sendo realizados com muito afinco, inovação, criatividade, e auxílio dos vereadores. Flávio Mantovani comentou que a população tem a visão de que operações de crédito tendem a endividar a Prefeitura. No entanto, a exemplo do fundo do Procon, este valor era capaz de pagar as despesas do próprio órgão. Portanto, uma linha de crédito governamental se mostra mais vantajoso. Em resposta, o Secretário Municipal de Fazenda comentou que os recursos do Procon têm regras de aplicação. Ele explicou que, quando o custeio cresce, diminui a capacidade de investimento. Assim, torna-se necessário tomar empréstimos de forma responsável e sem risco fiscal. Ele comentou, por exemplo, que a Caixa Econômica cobrou 10 milhões de reais em tarifas nos últimos anos, valor que foi reduzido a 1/3 após negociação especializada. Com a palavra, o vereador Daniel Malvezzi comentou que a isenção do Imposto de renda faria com que os valores permanecessem em posse do contribuinte. Assim, o consumo movimentaria a economia da cidade, causando impacto positivo. Em resposta, o Secretário Municipal de Fazenda comentou que, para cada real nas mãos do consumidor, os recursos vão para educação, saúde, energia, internet e água, lazer. A compra de produtos gera apenas uma parcela do ICMS, e não vem para o Município; com a contratação de serviços (ISS), sim. Ou seja, mesmo assim há prejuízo à arrecadação. Com a palavra, o vereador Angelo Salgueiro comentou que entende que compete a cada Secretaria a execução de seu orçamento. No entanto, a Secretaria Municipal de Educação, que tem como obrigação de investir 25% das receitas, ainda não o fez totalmente. Assim, perguntou como 80 milhões de reais seriam empenhados em 3 meses. Na distribuição do resultado financeiro, consta que 17,74% foram aplicados da fonte livre, indagando detalhes sobre esses investimentos. Ainda, comentou que as contas do Município aparentam estar saudáveis. Assim, indagou se a previsão para 2026 é de uma boa economia. Em resposta, o Secretário Municipal de Fazenda lembrou que já no primeiro quadrimestre externou sua preocupação com a aplicação de recursos na Educação. Atualmente, faltam 140 milhões de reais para atingir o índice mínimo com folga. Da fonte livre, tivemos relevantes investimentos, como em pessoal, equipamentos, viatura e centro de formação da Guarda Municipal. Isto porque, na construção da LOA, a Segurança se mostrou a área de maior preocupação pela população. Além disso, boa parte das contrapartidas de obra utilizam os recursos livres. Com relação ao desempenho, fora feita uma contingência de 80 milhões de reais porque uma série de recursos não estavam computados no orçamento de 2025, como o reajuste da TCCC e as subvenções de grávidas, idosos e estudantes, juros de precatórios, dentre outras despesas. Com a colaboração de todos os Secretários tal adaptação foi possível, fazendo com que a gestão do ano de 2025 esteja indo bem. A proposta inicial era diagnóstico, plano de ação e tentar terminar o ano com caixa robusto. Ao se deparar com fatos ofensores ao orçamento, as contas precisaram ser refeitas e a SEFAZ vem trabalhando nisso. Comentou que, frequentemente, Maringá vem sendo elogiada pelo Tribunal de Contas e pelo Tesouro Nacional como um município responsável e de alta performance. Assim, a Administração vem buscando alta performance com recursos municipais, e o grau de melhoria da arrecadação é imenso, segundo ele. Durante a prestação de contas do 1º quadrimestre de 2025, o Secretário lembrou que alertara os vereadores acerca da diminuição de arrecadação de ICMS devido a expectativa de queda no consumo, o que de fato ocorreu. Com a palavra, o vereador Pastor Sandro perguntou se, mesmo com tantos problemas externos de arrecadação, haveria a possibilidade de um melhor respaldo a Secretaria de Infraestrutura em Maringá no que tange ao recape asfáltico e poda de árvores. Em resposta, o Secretário Municipal de Fazenda informou que tudo o que foi planejado pela SEINFRA E SELURB foi contemplado no orçamento 2026 e comentou que concorda que é necessário recurso para fazer frente a isso, porque é um serviço muito notado pela população e precisa ser incrementado. Em suma, o Secretário respondeu pontualmente aos questionamentos, reforçando que: a margem de manobra orçamentária é reduzida, em razão de vinculações legais e constitucionais; a Administração vem buscando conciliar responsabilidade fiscal, manutenção de serviços públicos e justiça tributária; não há, até o momento, medidas compensatórias definitivas para as perdas de IPVA e imposto de renda, embora o Município esteja atuando politicamente junto às bancadas estadual e federal; o Município tem sido reiteradamente elogiado pelo Tribunal de Contas e pelo Tesouro Nacional pela qualidade da gestão fiscal, responsabilidade e desempenho na arrecadação. Não havendo manifestações do público para novos questionamentos, o Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento agradeceu a presença dos vereadores, do Secretário Municipal de Fazenda e de toda a equipe técnica, bem como dos demais participantes, pelo debate realizado. Nada mais havendo a tratar, às 17h15min foi encerrada a Audiência Pública, lavrando-se a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros presentes. Fica consignado que o Relatório de Avaliação das Metas Fiscais referente ao 2º quadrimestre de 2025, em

atendimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, foi fornecido pela Prefeitura Municipal e integra a presente Audiência Pública. O conteúdo na íntegra da Audiência foi registrado em meio audiovisual e encontra-se disponível para acesso no site da Câmara Municipal de Maringá, no registro “021/2025 - Prestação de Contas do Município - 2º quadrimestre de 2025 - Comissão de Finanças e Orçamento” e no link: <https://sapl.cmm.pr.gov.br/audiencia/21>

ODAIR FOGUETEIRO
Presidente

UILIAN DA FARMÁCIA
Vice-Presidente

PASTOR SANDRO
Membro

SIDNEI TELLES
Membro



Documento assinado eletronicamente por **Uilian Moraes Segura, Vereador**, em 12/03/2026, às 10:31, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Odair de Oliveira Lima, Vereador**, em 12/03/2026, às 10:48, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Sandro Marcos Campos Martins, Vereador**, em 12/03/2026, às 11:22, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Sidnei Oliveira Telles Filho, Vereador**, em 13/03/2026, às 09:41, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.cmm.pr.gov.br/verifica> informando o código verificador **0438992** e o código CRC **A5188CA6**.